



2. Gestão Administrativa

2.1. Considerações iniciais

Nesse capítulo será apresentada inicialmente a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, elencando a legislação estadual que promoveu as principais mudanças no âmbito dos órgãos e entidades que compõem essa estrutura administrativa em 2013.

Em seguida, será procedida à análise do quadro de pessoal permanente e temporário do Poder Executivo com o objetivo de quantificar, comparar e demonstrar as principais modificações ocorridas nos últimos anos. Ao final, serão tratados os cargos efetivos e comissionados.

2.2. Estrutura Administrativa do Poder Executivo

A Lei Estadual 14.264/2011 dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo do Estado de Pernambuco. Nela constam os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta que integram o Poder Executivo.

O quadro a seguir apresenta os órgãos e entidades integrantes da estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado conforme a Lei Estadual 14.264/2011.

Quadro 1 - Estrutura Administrativa do Poder Executivo

A. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	B. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
ÓRGÃOS:	ENTIDADES:
Governadoria do Estado	Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco – ARPE
Gabinete do Governador	
Gabinete do Vice-Governador	
Secretaria de Articulação Social e Regional	
Secretaria de Administração	Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco – IRH-PE
	Agência Est. de Tecnologia da Informação – ATI
	Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPE
	Pernambuco Participações e Investimentos S/A – PERPART
Secretaria de Ciência e Tecnologia	Distrito Estadual de Fernando de Noronha
	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia – FACEPE
	Universidade de Pernambuco – UPE



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

A. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	B. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
ÓRGÃOS:	ENTIDADES:
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Junta Comercial do Estado de Pernambuco – JUCEPE
	Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Pernambuco – IPEM
	Complexo Industrial e Portuário – SUAPE
	Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco S/A – AD-DIPER
	Porto Fluvial de Petrolina S/A
	Companhia Pernambucana de Gás – COPERGÁS
	Porto de Recife S.A.
Secretaria de Defesa Social	
Secretaria de Educação	
Secretaria da Fazenda	
Secretaria de Transportes	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER-PE
Secretaria de Planejamento e Gestão	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM.
Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	
Secretaria de Saúde	Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco – HEMOPE
	Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco – LAFEPE
Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária	Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco – ITERPE
	Instituto Agrônômico de Pernambuco – IPA.
Secretaria das Cidades	Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-PE
	Companhia Estadual de Habitação e Obras – CEHAB
	Companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco – COPERTRENS
	Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife – CTM
Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos	Agência Pernambucana de Águas e Clima – APAC
	Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA
Secretaria de Turismo	Empresa de Turismo de Pernambuco S/A – EMPETUR
Procuradoria Geral do Estado	



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

A. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	B. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
ÓRGÃOS:	ENTIDADES:
Secretaria da Casa Civil	Companhia Editora de Pernambuco – CEPE
Secretaria de Cultura	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE
Secretaria de Imprensa	
Secretaria do Trabalho Qualificação e Empreendedorismo	Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S/A
Secretaria dos Esportes	
Secretaria da Mulher	
Secretaria da Casa Militar	
Secretaria da Controladoria Geral do Estado	
Secretaria de Assessoria ao Governador	
Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade	Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH
Secretaria da Criança e da Juventude	Fundação de Atendimento Sócio-Educativo
Secretaria Extraordinária da Copa 2014	
Secretaria do Governo	

Fonte: Lei Estadual 14.264/2011

O quadro a seguir relaciona as leis e decretos editados, no exercício de 2013, que promoveram as principais mudanças no âmbito dos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa do Poder Executivo, inclusive as normas que autorizaram a contratação de pessoal temporário, que alteraram o quantitativo de cargos de provimento efetivo ou em comissão e de funções gratificadas, dentre outras.

Quadro 2 – Leis e decretos estaduais editados, no exercício de 2013, que promoveram as principais mudanças no âmbito do Poder Executivo do Estado de Pernambuco

LEGISLAÇÃO ESTADUAL	ASSUNTO
Dec. 39.037 de 02.01.2013	Aprova o <i>Regulamento</i> da Secretaria de Transportes, e dá outras providências;
Dec. 39.103 de 04.02.2013	Aprova o <i>Regulamento</i> da Junta Comercial do Estado de Pernambuco - JUCEPE, e dá outras providências;
Dec. 39.132 de 26.02.2013	Autoriza a prorrogação do prazo estabelecido no Decreto nº 33.818, de 25 de agosto de 2009, que autorizou a <i>contratação temporária de pessoal</i> , para, no âmbito do Instituto de Recursos Humanos - IRH, atender à situação de excepcional interesse público, e deu outras providências;
Dec. 39.268 de 12.04.2013	Aprova o <i>Regulamento</i> da Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNASE, e dá outras providências;
Lei 14.950 de 19.04.2013	Cria os <i>cargos de provimento em comissão</i> e as <i>funções gratificadas</i> que indica. (Esses cargos devem ser alocados, mediante decreto, na Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo, na Secretaria de Planejamento e Gestão e na Secretaria da Fazenda, conforme parágrafo único do art. 1º dessa lei;



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

LEGISLAÇÃO ESTADUAL	ASSUNTO
Dec. 39.345 de 25.04.2013	Autoriza a <i>contratação temporária de pessoal</i> para, no âmbito da Secretaria da Criança e da Juventude, atender à situação de excepcional interesse público, e dá outras providências.
Dec. 39.365 de 30.04.2013	Autoriza a <i>contratação temporária de pessoal</i> para, no âmbito da Fundação de Atendimento Socioeducativo - FUNASE, atender à situação de excepcional interesse público;
LC 231 de 13.05.2013	Fixa novos <i>valores de vencimento base</i> para os cargos públicos que indica (cargo público de Professor com formação em Magistério), e dá outras providências;
Dec. 39.393 de 13.05.2013	Autoriza a <i>contratação temporária de pessoal</i> para, no âmbito da Secretaria da Criança e da Juventude, atender à situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;
Dec. 39.394 de 13.05.2013	Autoriza a <i>contratação temporária de pessoal</i> , para, no âmbito da Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo - STQE, atender à situação de excepcional interesse público, e dá outras providências.
Dec. 39.414 de 23.05.2013	Aprova o <i>Regulamento</i> da Secretaria da Controladoria Geral do Estado, e dá outras providências;
Dec. 39.435 de 29.05.2013	Autoriza a <i>contratação temporária de pessoal</i> para, no âmbito da Secretaria de Educação, atender à situação de excepcional interesse público;
Dec. 39.438 de 29.05.2013	Altera o Decreto nº 33.872, de 08 de setembro de 2009, que autoriza a <i>contratação temporária de pessoal</i> , para, no âmbito da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado – FACEPE, atender à situação de excepcional interesse público;
Dec. 39.439 de 30.05.2013	Autoriza a <i>contratação temporária de pessoal</i> para, no âmbito da Secretaria de Educação, atender à situação de excepcional interesse público;
Dec. 39.451 de 30.05.2013	Aprova o <i>Manual de Serviços</i> da Secretaria da Controladoria Geral do Estado;
Dec. 39.463 de 05.06.2013	Autoriza a <i>contratação temporária de pessoal</i> para, no âmbito da Secretaria de Saúde, atender à situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;
Dec. 39.517 de 17.06.2013	Autoriza a <i>contratação temporária de pessoal</i> , para, no âmbito da Secretaria de Saúde - SES, atender à situação de excepcional interesse público;
Dec. 39.518 de 17.06.2013	Autoriza a <i>contratação temporária de pessoal</i> , para, no âmbito da Secretaria de Saúde - SES, atender à situação de excepcional interesse público;
Lei 15.026 de 20.06.2013	Altera a <i>estrutura organizacional da Polícia Civil de Pernambuco</i> , da Secretaria de Defesa Social, e dá outras providências;
Dec. 39.558 de 02.07.2013	Aprova o <i>Regulamento</i> do Fundo de Eficiência Hídrica e Energética de Pernambuco – FEHEPE;
Dec. 39.577 de 09.07.2013	Autoriza a <i>contratação temporária de pessoal</i> para, no âmbito da Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE, atender à situação de excepcional interesse público;
Dec. 39.662 de 01.08.2013	Autoriza a <i>contratação temporária de pessoal</i> , para, no âmbito da Pernambuco Participações e Investimentos - PERPART, atender à situação de excepcional interesse público, e dá outras providências
Dec. 39.663	Autoriza a <i>contratação temporária de pessoal</i> para, no âmbito da Universidade de



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

LEGISLAÇÃO ESTADUAL	ASSUNTO
de 01.08.2013	Pernambuco - UPE, atender à situação de excepcional interesse público;
Dec. 39.664 de 01.08.2013	Autoriza a <i>contratação temporária de pessoal</i> para, no âmbito da Universidade de Pernambuco - UPE, atender à situação de excepcional interesse público;
Dec. 39.787 de 03.09.2013	Autoriza a <i>contratação temporária de pessoal</i> para, no âmbito da Secretaria de Saúde - SES, atender à situação de excepcional interesse público;
Lei 15.066 de 04.09.2013	Cria a Unidade Técnica Escola de Governo em Saúde Pública do Estado de Pernambuco – ESPPE.
LC 239 de 19.09.2013	Fixa novos <i>valores de vencimento base</i> para os cargos públicos que indica (Auxiliar Administrativo Educacional, de Assistente Administrativo Educacional, de Psicólogo Escolar e de Técnico Educacional);
LC 242 de 08.10.2013	Fixa novos <i>valores de vencimento base</i> para os cargos públicos que indica (Analista de Defesa Agropecuária, de Fiscal Estadual Agropecuário, de Assistente de Defesa Agropecuária, e de Auxiliar de Defesa Agropecuária);
LC 243 de 08.10.2013	Fixa novos <i>valores de vencimento base</i> para os cargos públicos que indica (Analista em Gestão Sanitária, de Fiscal de Vigilância Sanitária, de Assistente em Gestão Sanitária e de Auxiliar em Gestão Sanitária);
LC 244 de 08.10.2013	Altera a Lei Complementar nº 117, de 26 de junho de 2008, que dispõe sobre a <i>criação da carreira de Gestão Administrativa e seus cargos</i> e fixa sua remuneração;
LC 245 de 08.10.2013	Fixa novos valores de <i>vencimento base</i> para os cargos públicos que indica (Analista em Gestão de Recursos Hídricos e Climáticos e de Assistente em Gestão de Recursos Hídricos e Climáticos);
LC 246 de 08.10.2013	Fixa novos valores de <i>vencimento base</i> para os cargos públicos que indica (Analista em Gestão Ambiental e de Assistente em Gestão Ambiental);
Dec. 39.921 de 10.10.2013	Regulamenta o art. 6º da Lei Complementar nº 137, de 31 de dezembro de 2008, que institui, no âmbito da Polícia Civil do Estado de Pernambuco, vinculada à Secretaria de Defesa Social, o <i>Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV</i> , para os servidores integrantes do seu Quadro Próprio de Pessoal;
Dec. 39.922 de 10.10.2013	Regulamenta o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 199, de 21 de dezembro de 2011, que institui, no âmbito do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Pernambuco, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o <i>Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV</i> , para os servidores integrantes do seu Quadro Próprio de Pessoal;
Dec. 39.936 de 11.10.2013	Autoriza a <i>contratação temporária de pessoal</i> para, no âmbito da Pernambuco Participações e Investimentos S/A - PERPART, atender à situação de excepcional interesse público;
Lei 15.134 de 18.10.2013	Transforma os <i>cargos de provimento em comissão</i> que indica, previstos na Lei nº 14.264, de 6 de janeiro de 2011, nas <i>Funções Gratificadas</i> de Direção e Assessoramento, no âmbito do Poder Executivo Estadual;
LC 247 de 13.11.2013	Fixa novos valores de <i>vencimento base</i> para os cargos públicos que indica;
Dec. 40.050 de 14.11.2013	Altera o Decreto nº 39.936, de 11 de outubro de 2013, que autoriza a <i>contratação temporária de pessoal</i> para, no âmbito da Pernambuco Participações e Investimentos S/A - PERPART, atender à situação de excepcional interesse público;
Dec. 40.051 de 14.11.2013	Autoriza a <i>contratação temporária de pessoal</i> para, no âmbito da Secretaria da Criança e da Juventude, atender a situação de excepcional interesse público;



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

LEGISLAÇÃO ESTADUAL	ASSUNTO
Dec. 40.093 de 25.11.2013	Autoriza a <i>contratação temporária de pessoal</i> , para, no âmbito da Procuradoria Geral do Estado - PGE, atender a situação de excepcional interesse público;
Dec. 40.094 de 25.11.2013	Autoriza a <i>contratação temporária de pessoal</i> , para, no âmbito da Secretaria da Criança e Juventude, atender a situação de excepcional interesse público;
LC 249 de 26.11.2013	Altera as Leis Complementares nºs 117 (Dispõe sobre a criação da Carreira de Gestão Administrativa e seus cargos, fixa sua remuneração, e dá outras providências), 118 (Dispõe sobre a criação da Carreira de Planejamento, Orçamento e Gestão e seus cargos, fixa sua remuneração, e dá outras providências) e 119 (Dispõe sobre a criação da Carreira de Controle Interno e seus cargos, fixa sua remuneração, e dá outras providências), todas de 26 de junho de 2008;
LC 250 de 03.12.2013	Fixa novos valores nominais de vencimento base para os cargos públicos que indica (cargos públicos de Hemo - Básico, de Hemo - Assistente e de Hemo - Técnico - Científico, da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE);
Dec. 40.168 de 04.12.2013	Disciplina o desenvolvimento funcional nas Carreiras de que tratam as Leis Complementares nº 117, 118 e 119, de 26 de junho de 2008;
Lei 15.212 de 19.12.2013	Altera a estrutura organizacional da Polícia Civil de Pernambuco, da Secretaria de Defesa Social;
LC 259 de 24.12.2013	Dispõe sobre a criação da carreira de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos Delegados da autarquia especial Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE;
Lei 15.225 de 30.12.2013	Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo;

Fonte: Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Exercício 2013

Ressalta-se que a Lei estadual 15.225, de 30.12.2013, que alterou a estrutura e funcionamento do Poder Executivo entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2014, revogando a Lei 14.264/2011 que esteve vigente no exercício de 2013.

2.3. Quadro de Pessoal do Poder Executivo

Ao final do exercício de 2013, o Poder Executivo apresentava o quantitativo total de 99.763 servidores ocupantes de cargos efetivos, 27.290 temporários¹, 3.408 comissionados e 7.253 empregados públicos², conforme dados fornecidos pela Secretaria de Administração.

¹ A Constituição Federal consagrou, no art. 37, inciso II, o *concurso público* como regra geral para ingresso em cargo ou emprego na administração pública, ressalvada as nomeações para cargo em comissão de livre nomeação e exoneração. Entretanto, o legislador constitucional abriu uma *exceção no inciso IX do artigo 37*, que assim dispõe: “a lei estabelecerá casos de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público”. Dessa forma, prevendo o surgimento de situações inusitadas em que prevalece o interesse público, tornou possível as *contratações excepcionais para atender necessidade temporária*. Há que se ressaltar que esses *servidores temporários* são contratados para *exercer uma função temporária*, não ocupam cargo ou emprego público.

² Os *empregados públicos* são contratados sob regime de legislação trabalhista e são vinculados ao Regime Geral de Previdência Social. Embora subordinados à CLT, submetem-se às normas constitucionais



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Tabela 1- Quantitativo de Pessoal do Poder Executivo do Estado de PE - em 31.12.2013

1. SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS EFETIVOS *	99.763
1.1. Lotados no órgão/entidade de origem	95.160
1.2. À disposição:	4.603
de órgão/entidade do Poder Executivo do Estado de PE	2.796
de outros Poderes do Estado (incluindo TCE-PE e MPPE)	601
de outras esferas (União, demais Estados e Municípios)	1.206
2. TEMPORÁRIOS **	27.290
3. SERVIDORES COMISSIONADOS ***	3.995
3.1. Com vínculo com órgão/entidade do Poder Executivo do Estado	1.058
3.2. Com outros vínculos (outros Poderes do Estado ou outras esferas)	163
3.3. Sem vínculo	2.174
4. EMPREGADOS PÚBLICOS ****	7.253
1.1. Lotado no órgão/entidade de origem	6.027
1.2. À disposição:	1.226
de outros órgão/entidades do Poder Executivo do Estado de PE	1.062
de outros Poderes do Estado (incluindo TCE-PE e MPPE)	100
de outras esferas (União, demais Estados e Municípios)	64

Fonte: * Ofício SAD 894/2014- GSAD, Anexo II ;

** Ofício SAD 973/2014 - GSAD, Anexo VI;

*** Dados extraídos do Ofício SAD 595/2014- GSAD, Anexo II;

**** Dados extraídos do Ofício SAD 812/2014- GSAD, Anexo IV, complementado pelo Ofício SAD 973/2014 - GSAD, Anexo IV (quantitativo da COPERGÁS e CTM).

Nota: Os servidores comissionados da Defensoria Pública (13) foram excluídos, visto que a Defensoria não compõe a estrutura administrativa do Poder Executivo (Lei estadual 14.264/2011).

Diante desses dados iniciais, faz-se necessário tecer alguns comentários a seguir.

A proporção entre o quantitativo de temporários (27.290) e o quantitativo de servidores ocupantes de cargos efetivos (99.763) era de 27% ao final de 2013, 1% acima da proporção apresentada ao final de 2012 (26%).

Do total de 99.763 servidores ocupantes de cargos efetivos, 95% estavam lotados nos respectivos órgãos/entidades de origem (95.160). O restante (4.603) foram postos à disposição, sendo que 61% encontravam-se à disposição de órgão ou entidade integrante do Poder Executivo do Estado de Pernambuco (2.796).

previstas no capítulo VII, do Título III, da CF, dentre essas, o ingresso no serviço público por via de concurso.



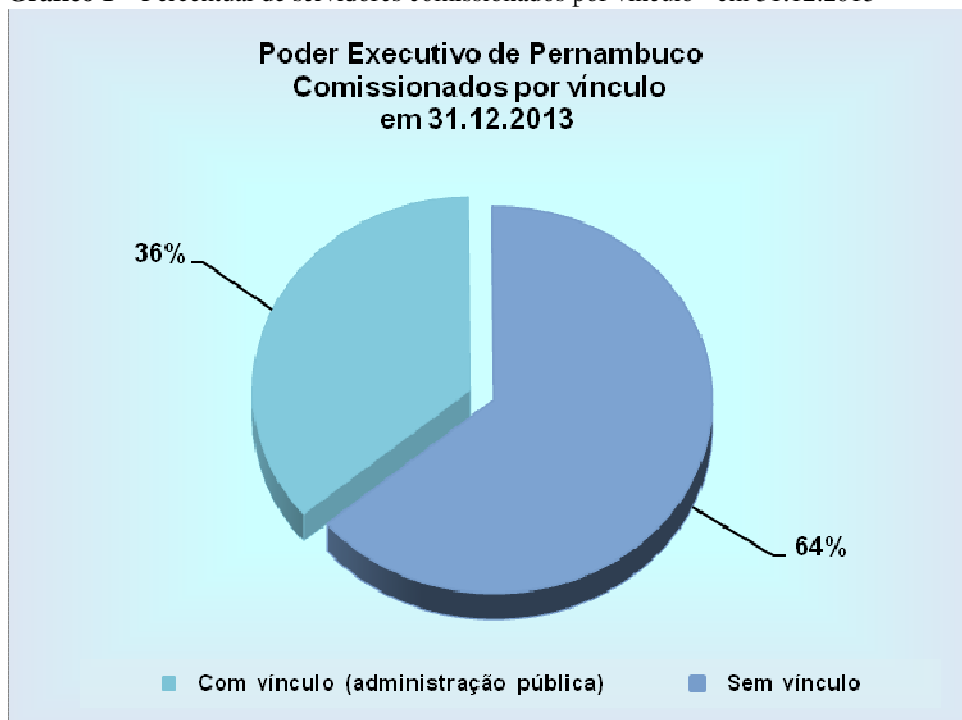
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

No tocante aos empregados públicos, 83% encontravam-se lotados nos respectivos órgãos/entidades de origem (6.027). Do total de 1.226 empregados públicos que foram postos a disposição, a maior parte (87%) encontravam-se à disposição de órgão ou entidade integrante do Poder Executivo do Estado de Pernambuco (1.062).

Do quantitativo total de 3.995 servidores comissionados, ao final do exercício de 2013, 1.058 comissionados possuem vínculo com órgão ou entidade integrante do Poder Executivo do Estado, 163 possuem outros vínculos (demais Poderes do Estado ou outras esferas) e 2.174 comissionados *não* possuem vínculo com a administração pública (municipal, estadual e federal).

Portanto, 36% dos cargos comissionados (1.221) foram providos por servidores públicos, que possuem vínculo com a administração pública, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Percentual de servidores comissionados por vínculo - em 31.12.2013



Fonte: Dados extraídos do Ofício SAD 595/2014- GSAD, Anexo II, da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

Nota: O quantitativo de servidores comissionados da Defensoria Pública (13) foram excluídos, visto que a Defensoria não compõe a estrutura administrativa do Poder Executivo (Lei estadual 14.264/2011).



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

2.3.1. Quantitativo de Pessoal detalhado por Órgão e Entidade

A tabela a seguir apresenta o quantitativo de pessoal existente em cada órgão/entidade do Poder Executivo, em 31.12.2013, indicando o quantitativo de servidores ocupantes de cargos efetivos, temporários, comissionados, empregados públicos, e ainda os cedidos por órgãos/entidades do Poder Executivo do Estado, ou pelos demais Poderes do Estado, ou ainda por outras esferas.

Tabela 2 – Quantitativo de Pessoal detalhado por Órgão e Entidade - em 31.12.2013

I. Administração Direta	Servidores Efetivos¹	Temporários²	Comissionados	Empregados³ Públicos	Cedidos⁴
Sec. de Educação (inclui Conservatório)	31.118	19.913	427	4	2.719
Sec. de Saúde	20.230	2.300	598	4	190
Polícia Militar de Pernambuco	20.193	4	36	0	0
Sec. de Def. Social (inclui Polícia Civil)	6.291	4	99	0	95
Corpo de Bombeiros	2.777	0	15	0	0
Sec. Executiva de Ressocialização	1.477	498	54	0	2
Sec. da Fazenda	1.374	16	177	0	108
Sec. de Agricultura e Ref. Agrária	437	148	68	0	295
Sec. de Administração	429	634	97	0	103
Sec. de Desenv. Social e Dir. Humanos	258	26	100	1	413
Procuradoria Geral do Estado	189	16	35	0	76
Sec. de Planejamento e Gestão	126	0	65	0	87
Sec. da Controladoria Geral	69	4	41	0	23
Sec. de Transportes	45	10	24	0	56
Sec. da Casa Civil	42	0	82	0	32
Sec. de Desenvolvimento Econômico	39	0	59	0	28
Sec. de Imprensa	11	0	25	0	23
Sec. de Ciência e Tecnologia	2	30	26	0	71
Sec. de Meio Ambiente e Sustentabilidade	2	13	37	0	21
Sec. da Casa Militar	1	18	17	0	2
Sec. da Criança e da Juventude	0	203	86	0	142
Sec. de Trab., Qualif. e Empreendedorismo	0	174	70	0	171
Sec. de Articulação Social e Regional	0	122	123	0	40
Sec. da Mulher	0	80	53	0	23
Sec. das Cidades	0	33	60	0	73
Sec. de Recursos Hídricos e Energéticos	0	12	50	0	69
Sec. dos Esportes	0	0	27	0	88
Sec. do Governo	0	0	45	0	32
Sec. de Turismo	0	0	55	0	42
Gabinete do Governador	0	0	93	0	33
Sec. de Cultura	0	0	32	0	20
Sec. Extraordinária da Copa2014	0	0	28	0	18
Gabinete do Vice-Governador	0	0	21	0	4
Sec. de Assessoria ao Governador	0	0	0	0	6
Administração Direta (I):	85.110	24.248	2.825	9	5.105



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

II. Administração Indireta	Efetivos¹	Temporário²	Comissionados	Empregados³ Públicos	Cedidos⁴
Autarquias:					
DETRAN	1.468	0	57	0	78
DER-PE	1.014	31	37	0	51
IRH-PE	1.013	148	70	0	182
CPRH	236	0	24	59	5
JUCEPE	112	0	24	0	4
ATI	89	0	15	141	2
APAC	65	0	16	0	19
IPEM - PE	55	25	24	0	13
Distrito Est. de Fernando de Noronha	0	359	40	0	14
ITERPE	0	114	10	0	57
CONDEPE/FIDEM	0	28	26	0	120
ARPE	0	7	36	0	35
Fundações:					
UPE	4.812	183	59	13	221
FUNASE	495	1.642	51	5	24
HEMOPE	620	244	15	5	39
FUNDARPE	71	19	28	0	45
FACEPE	0	20	11	0	14
FUNAPE	0	27	27	0	152
Empresas Públicas:					
IPA	0	119	-	658	189
CTM	0	0	-	336	31
SUAPE	0	0	-	253	14
Instituto Agrônômico de Pernambuco	0	0	-	0	40
EPTI	0	0	-	0	5
Sociedades de Economia Mista:					
COMPESA	0	0	-	3.405	28
PERPART	0	0	-	306	17
LAFEPE	0	0	-	443	1
EMPETUR	0	30	-	125	13
Porto do Recife S/A	0	0	-	151	7
CEPE	0	0	-	92	5
CEHAB	0	36	-	0	81
COPERGÁS	0	0	-	139	Não informado
AD/DIPER	0	0	-	26	9
AGEFEPE	0	0	-	0	1
II. Administração Indireta (II):	10.050	3.032	570	6.018	1.516
TOTAL (I+II):	95.160	27.290	3.395	6.027	6.621

Fonte: Dados extraídos dos Ofícios SAD 894/2014-GSAD, Anexo II/SAD 973/2014-GSAD, Anexo VI/SAD 595/2014 - GSAD, Anexo II/SAD 812/2014-GSAD, Anexo IV, complementado pelo Ofício SAD 973/2014-GSAD, Anexo IV (COPERGÁS e CTM)/SAD 812/2014- GSAD, Anexos III e V.

Notas: ¹ Quantitativo de servidores efetivos do órgão/entidade, em 31.12.2013, excluindo os servidores postos à disposição.

² Quantitativo de temporários, em 31.12.2013, cujos contratos estavam em vigor na referida data.

³ Quantitativo total de servidores ocupantes de cargos efetivos e empregados públicos que encontravam-se cedidos ao órgão/entidade em 31.12.2013

⁴ Quantitativo total de empregados públicos do órgão/entidade, em 31.12.2013, excluindo os seus empregados públicos que estavam à disposição.



A partir desses dados iniciais, foram solicitadas à Secretaria de Administração informações complementares, necessárias para uma análise mais detalhada da composição do quadro de pessoal, por órgão e entidade, realizada a seguir.

2.3.1.1. Contratados temporários x Servidores ocupantes de cargos efetivos

Ao comparar o quantitativo de temporários em relação ao quantitativo de servidores ocupantes de cargos efetivos lotados no órgão/entidade de origem, em 31.12.2013, destacaram-se as situações existentes nos órgão e entidades a seguir relacionadas:

1. *Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente*: o quantitativo de *temporários* (30) representava 15 vezes o seu quadro de *servidores efetivos* (2).
2. *Secretaria de Administração*: o quantitativo de *temporários* (634) superava o seu quadro de *efetivos* (429).
3. *Secretaria de Educação*: o quantitativo de *temporários* (19.913) representava 64% do seu quadro de *servidores efetivos* (31.118). A maior parte dos temporários foi contratada para função de *professor* (19.204)³.
4. *Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE*: o quantitativo de *temporários* (1.642) representava o triplo do seu quadro de *servidores efetivos* (495). A maior parte dos temporários foi contratada para a função de *agente sócio-educativo* (1.504).
5. *HEMOPE*: o quantitativo de *temporários* (244) representava 40% do seu quadro de *servidores efetivos* (620)⁴.

2.3.1.2. Contratados temporários x Cargos efetivos vagos

Comparando o quantitativo de *temporários* em relação ao quantitativo de *cargos vagos*, em 31.12.2013, destacaram-se as situações encontradas nas Secretarias de Saúde, de Educação e HEMOPE a seguir relatadas.

Na *Secretaria de Educação*, havia 19.204 *professores temporários*, ao mesmo tempo existiam 11.361 *cargos vagos de professor*⁵.

³ Conforme informado pela Secretaria Estadual de Administração por meio do Ofício SAD 691/2014-GSAD, Anexo I.

⁴ Idem.

⁵ Dado extraído do Ofício SAD 627/2014-GSAD – GSAD, Anexo III, da Secretaria Estadual de Administração por meio.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Na *Secretaria de Saúde*, havia 1.043 *Técnicos de Enfermagem temporários* correspondente ao cargo de *Assistente em Saúde*⁶ (nível médio) que apresentava 2.492 *vagos*.

Nessa mesma Secretaria, havia ainda 384 *Enfermeiros temporários*, 114 *Fisioterapeutas temporários*, 101 *Assistentes Sociais* e 68 *Psicólogos temporários* cujas funções estão contempladas no cargo de *Analista em Saúde* (art. 9º da LC 84/2006⁷ c/c art. 2º da Lei 12.637/2004 alterada pela lei 12.658/2004⁸) que apresentava 973 *vagos*.

Na fundação *HEMOPE*, havia 82 *Auxiliares de Enfermagem temporários* e 18 *Técnicos em Laboratório* correspondente ao cargo de *Hemo Assistente* (Lei 12.208/2002, art. 10, § 1º, inc. II, alínea “a” c/c Anexo I) que apresentava 255 *cargos vagos*. Além de 57 *Enfermeiros temporários* e 18 *Biomédicos temporários* correspondente ao cargo de *Hemo Técnico-Científico* (Lei 12.208/2002, art. 10, § 1º, inciso, III, alínea “a” c/c Anexo I), que apresentava 64 *vagos*.

O quadro a seguir evidencia o quantitativo de contratados temporários e os respectivos cargos efetivos vagos correspondentes existentes nas Secretarias de Educação, de Saúde e HEMOPE.

Quadro 3 – Contratados Temporários x Cargos Efetivos Vagos – em 31.12.2013

ÓRGÃO/ENTIDADE	TEMPORÁRIOS*		CARGOS EFETIVOS VAGOS**	
	Quant.	Função	Quant.	Nomenclatura
Sec. de Educação	19.204	Professor	11.361	Professor
Sec. de Saúde	1.043	Téc. em Enfermagem	2.492	Assistente em Saúde
	384	Enfermeiros	973	Analista em Saúde
	114	Fisioterapeutas		
	101	Assistente Social		
68	Psicólogos			
HEMOPE	82	Auxiliar de Enfermagem	255	Hemo Assistente
	51	Técnico em Laboratório		
	57	Enfermeiro	64	Hemo Técnico -Científico
	18	Biomédico		

Fonte: * Ofício SAD 691/2014-GSAD, Anexo I, da Secretaria de Administração do Estado de PE.

** Dados extraídos do Ofício SAD 627/2014-GSAD, Anexo III, da Secretaria de Administração.

⁶ Conforme art. 9º da LC 84/2006 c/c art. 2º da Lei 12.637/2004 alterada pela Lei 12.658/2004.

⁷ LC 84/2006, Art. 9º Ficam criados, no âmbito do Grupo Ocupacional Saúde Pública do Quadro Próprio de Pessoal Permanente do Poder Executivo, os cargos de Auxiliar em Saúde; *Assistente em Saúde*; *Analista em Saúde* e *Médico*, correspondendo, respectivamente, aos níveis de formação profissional do ensino fundamental, completo ou incompleto; *ensino médio completo*, com ou sem técnico-profissionalizante; e *formação superior*.

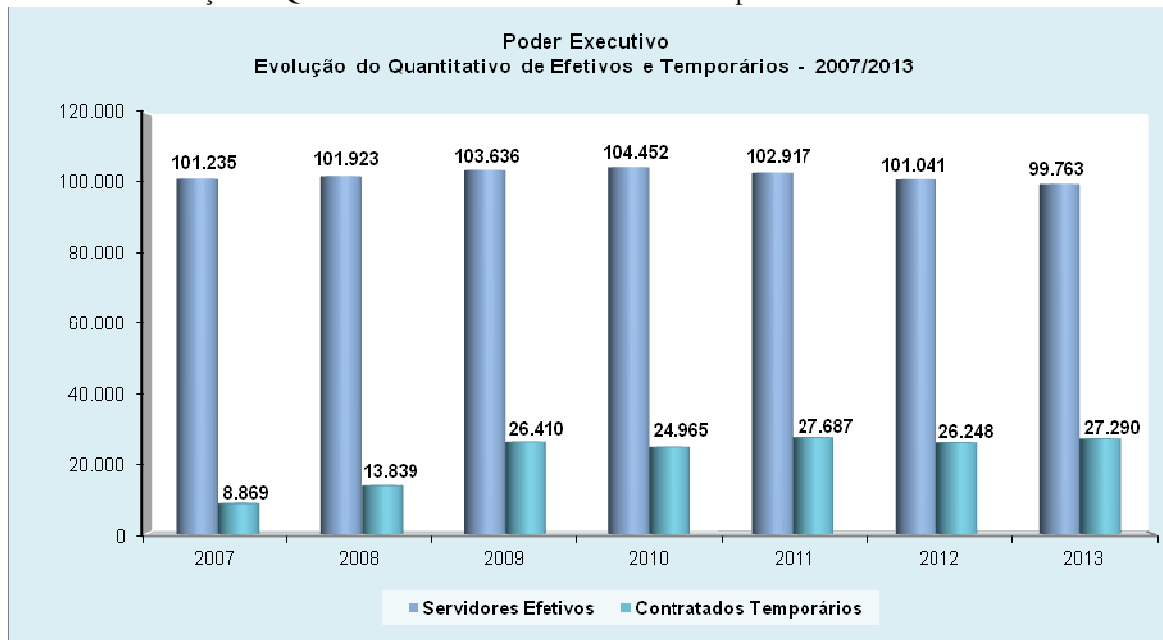
⁸ Lei 12.637/2004 alterada pela Lei 12.658/2004, Art. 2º O Grupo Ocupacional Saúde Pública será integrado pelas funções, ora criadas, de Médico, Odontólogo Buco-Maxilo-Facial, *Assistente Social*, *Psicólogo*, *Enfermeiro*, *Farmacêutico*, *Fisioterapeuta*, *Fonoaudiólogo*, *Nutricionista*, *Terapeuta Ocupacional*, *Auxiliar de Enfermagem*, *Auxiliar de Câmara Clara e Escura*, *Técnico de Imobilização Ortopédica*, *Técnico de Enfermagem*, *Técnico de Nível Médio em Laboratório*, *Técnico de Nível Médio em Radiologia*, nos quantitativos, requisitos para admissão, área de recrutamento e salário-base constantes do Anexo Único desta Lei.



2.3.2. Evolução do quantitativo de servidores efetivos e temporários – 2007/2013

O gráfico a seguir evidencia a evolução do quantitativo de servidores efetivos e de contratados temporários do Poder Executivo no período de 2007 a 2013.

Gráfico 3 – Evolução do Quantitativo de Servidores Efetivos e Temporários – 2007/2013



Fonte: Relatórios de Contas do Governo - Exercícios 2007/2013 (Ofícios SAD 773/2008-GSAD, 382/2009-GSAD, 540/2010-GSAD, 522/2011-GSAD, 488/2012-GSA, SEPRI 187/2013, SAD 812/2014-GSAD e SAD 894/2014 – GSAD, todos da Secretaria de Administração).

Nota: Os dados estão posicionados em 31 de dezembro de cada exercício.

Observa-se que, no período 2007 a 2013, o *quantitativo de servidores efetivos* do Poder Executivo sofreu *pequenas oscilações*, passando a apresentar *tendência decrescente a partir de 2011*.

Em 2007, o quantitativo de servidores ocupantes de cargos efetivos era de 101.235. Entre 2008 (101.923) e 2010 (104.452), apresentou ligeiro aumento. Em 2011, houve redução de 1.535 efetivos, baixando para 102.917. Em 2012, houve outra redução de 1.876 efetivos, caindo para 101.041. Em 2013, continuou a tendência decrescente, reduzindo o quantitativo para 99.763 efetivos.

Por outro lado, o *quantitativo de contratados temporários* do Poder Executivo quase *triplicou*, no período de 2007 a 2012, passando de 8.869 temporários em 31.12.2007 para 27.290 temporários em 31.12.2013. Portanto, houve um aumento de 18.421 temporários no período de 6 (seis) anos.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

A maior parte do aumento de temporários (17.683) concentrou-se em 3 Secretarias e 2 entidades, a saber: Secretaria de Educação, de 5.671 temporários em 2007 para 19.913 em 2013; Secretaria de Saúde, de 781 temporários em 2007 para 2.300 em 2013; Secretaria de Administração, de 95 temporários em 2007 para 634 em 2013; FUNASE, de 578 temporários em 2007 para 1.642 em 2013; Distrito de Fernando de Noronha, de 40 temporários em 2007 para 359 em 2013, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 3 – Evolução do quantitativo de contratados temporários nas Secretarias de Educação, de Saúde, de Administração, FUNASE e Distrito Estadual de Fernando de Noronha – 2007/2013

Órgão/Entidade:	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Varição (2013-2007)
Sec. de Educação	5.671	9.861	21.081	18.025	20.438	18.049	19.913	14.242
Sec. de Saúde	781	935	1.822	2.818	2.579	2.535	2.300	1.519
Sec. de Administração	95	138	246	400	535	904	634	539
FUNASE (antiga FUNDAC)	578	474	1.153	1.303	1.205	1.436	1.642	1.064
Distrito Estadual de Fernando de Noronha	40	20	112	356	427	396	359	319
Total:								17.683

Fonte: Relatórios de Contas do Governo - Exercícios 2007/2012 (Ofícios SAD 773/2008-GSAD, 382/2009-GSAD, 540/2010-GSAD, 382/2011-GSAD, 522/2011-GSAD e 488/2012-GSA) e Ofício SEPRI 187/2013, da Secretaria de Administração do Estado de PE.

2.3.3. Evolução dos quantitativos de servidores efetivos admitidos e aposentados - 2007/2013

A tabela a seguir demonstra a evolução dos quantitativos de servidores ocupantes de cargos efetivos admitidos e aposentados do Poder Executivo, no período de 2007 a 2013, conforme informações fornecidas respectivamente pela Secretaria de Administração e pela FUNAPE.

Tabela 4 – Servidores efetivos admitidos e aposentados do Poder Executivo no período 2007/2013

Servidores (cargos efetivos)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
(I) Admitidos ¹	3.255	3.738	4.343	4.509	3.570	1.217	2.926	23.558
(II) Aposentados ²	2.136	2.206	2.723	3.093	3.231	3.402	2.938	19.729

Fonte:¹ Ofício SEPRI 190/2013 (Exercícios 2007 a 2012) e Ofício SAD 627/2014 – GSAD, Anexo IV (Exercício 2013), ambos da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

² Ofício 0234/2013 – GB/PR (Exercícios 2007 a 2012) e Ofício 0172/2014 – GAB/PR, (Exercício 2013), ambos da Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPE.

Nota: O quantitativo de servidores aposentados da Defensoria Pública (9) foram excluídos, visto que a Defensoria não compõe a estrutura administrativa do Poder Executivo (Lei estadual 14.264/2011).

Observa-se que, no âmbito do Poder Executivo, 23.558 servidores ocupantes de cargos efetivos foram admitidos, enquanto 19.729 efetivos foram aposentados no período de 2007 a 2013.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Entre 2007 a 2011, o quantitativo de servidores efetivos admitidos (19.415) superou o quantitativo de aposentados (13.389). Ao contrário, *nos dois últimos exercícios*, o quantitativo de *servidores aposentados (6.340) superou* o quantitativo de *admitidos (4.143)*.

2.3.3.1. Evolução do quantitativo de servidores efetivos admitidos e aposentados da Secretaria de Educação e da Secretaria de Saúde - 2007/2013

A tabela a seguir evidencia a evolução do quantitativo de servidores efetivos admitidos e aposentados da Secretaria de Educação e da Secretaria de Saúde conforme dados fornecidos respectivamente pela Secretaria de Administração e FUNAPE.

Tabela 5 – Servidores Efetivos Admitidos e Aposentados da Secretaria de Educação e Saúde - 2007/2013

Secretaria	Servidores (cargos efetivos)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Educação	(I) Admitidos ¹	1.541	1.696	201	3.298	1	3	105	6.845
	(II) Aposentados ²	999	1.114	1.139	1.039	1.317	1.462	1.103	8.173
	(I - II):	542	582	- 938	2.259	- 1.316	- 1.459	-998	-1.328
Saúde	(I) Admitidos ¹	336	0	0	409	379	85	460	1.669
	(II) Aposentados ²	179	265	319	358	443	518	566	2.648
	(I - II):	157	- 265	- 319	51	- 64	- 433	-106	-979

Fonte:¹ Ofício SEPRI 190/2013 (Exercícios 2007 a 2012) e Ofício SAD 627/2014 – GSAD, Anexo IV (Exercício 2013), ambos da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

² Ofício 0234/2013 – GB/PR (Exercícios 2007 a 2012) e Ofício 0172/2014 – GAB/PR, (Exercício 2013), ambos da Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco – FUNAPE.

Em relação à *Secretaria de Educação*, *6.845 servidores ocupantes de cargos efetivos* foram *admitidos*, no período de 2007 a 2013, enquanto *8.173 efetivos* foram *aposentados* no mesmo período.

Nos exercícios de *2007, 2008 e 2010*, o quantitativo de servidores efetivos *admitidos superou* o de *aposentados* nessa Secretaria. Essa diferença foi maior, em 2010, quando 3.298 efetivos foram admitidos e 1.039 efetivos foram aposentados.

Ao contrário, nos exercícios de *2009, 2011 a 2013*, o quantitativo de *aposentados superou o de admitidos* nessa Secretaria. Essa diferença foi maior, em 2012, quando 1.462 servidores foram aposentados e 3 servidores foram admitidos.

Quanto à *Secretaria de Saúde*, *1.669 servidores efetivos* foram *admitidos*, no período de 2007 a 2013, enquanto *2.648 efetivos* foram *aposentados*.

Apenas nos exercícios de *2007 e 2010*, o quantitativo de servidores efetivos *admitidos superou o de aposentados* nessa Secretaria. Essa diferença foi maior, em 2007, quando *336 efetivos* foram *admitidos e 179* foram *aposentados*.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Diferentemente, nos *exercícios de 2008, 2009, 2011 a 2013*, o *quantitativo de servidores efetivos aposentados superou o de admitidos* nessa Secretaria. Essa diferença foi maior, em 2012, quando 85 *servidores* foram admitidos, enquanto 518 *efetivos* foram aposentados.

2.4. Cargos Efetivos

Em 31.12.2013, no âmbito do Poder Executivo, existiam 133.939 cargos efetivos criados, 99.763 ocupados e 34.195 vagos, conforme informações fornecidas pela Secretaria de Administração.

A tabela a seguir apresenta o quantitativo de cargo efetivo criado, ocupado e vago por órgão e entidade integrante do Poder Executivo do Estado de Pernambuco.

Tabela 6 – Cargos efetivos criados, ocupados e vagos - por órgão e entidade - em 31.12.2013

I. Administração Direta	Quantitativo de Cargos Efetivos		
	Criado * (A)	Ocupado* (B)	Vago (A-B)
Secretaria de Educação (inclui Conservatório)	47.164	32.358	14.806
Secretaria de Saúde	25.379	20.970	4.409
Polícia Militar de Pernambuco - PMPE	25.109	20.330	4.779
Secretaria de Defesa Social (inclui Polícia Civil)	12.082	6.344	5.738
Corpo de Bombeiros - CBMPE	4.897	2.787	2.110
Secretaria Executiva de Ressocialização	1.600	1.479	121
Secretaria da Fazenda	1.515	1.419	96
Secretaria de Administração	663	585	78
Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (inclui ADAGRO)	640	555	85
Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	552	509	43
Procuradoria Geral do Estado	285	200	85
Secretaria de Planejamento e Gestão	285	160	125
Secretaria da Casa Civil	93	72	21
Secretaria da Controladoria Geral	182	73	109
Secretaria de Transportes	71	74	-
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	57	54	3
Secretaria de Imprensa	-	14	-
Secretaria de Ciência e Tecnologia	11	9	2
Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade	-	2	-
Secretaria da Casa Militar	1	1	0
Administração Direta (I):	120.586	87.995	32.610



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

II. Administração Indireta	Quantitativo de Cargos Efetivos		
	Criados (A)	Ocupados (B)	Vagos (A-B)
Autarquias:			
IRH-PE	2.210	1.981	229
DETRAN	1.753	1.511	242
DER-PE	1.298	1.152	146
CPRH	300	246	54
ATI	218	133	85
JUCEPE	408	114	294
APAC	93	70	23
IPEM - PE	65	58	7
ARPE	103	-	103
Fundações:			
UPE	4.885	4.865	20
FUNASE	1.126	915	211
HEMOPE	789	625	164
FUNDARPE	105	98	7
Administração Indireta (II):	13.353	11.768	1.585
PODER EXECUTIVO (I+II):	133.939	99.763	34.195

Fonte: * Ofício SAD 894/2014, Anexo II, da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

Diante desses dados iniciais, foram solicitadas à Secretaria de Administração informações complementares, necessárias para uma análise mais detalhada do quantitativo de cargos efetivos relatada nos itens a seguir.

2.4.1. Cargos vagos x Cargos criados: percentual de vacância

O percentual de vacância reflete a proporção entre o quantitativo de cargos vagos em relação ao quantitativo de cargos criados.

No âmbito do Poder Executivo, 6 (seis) órgãos e 3 (três) entidades apresentavam percentual de vacância acima de 25%, em 31.12.2013, a saber:

- *Secretaria da Controladoria Geral do Estado – SCGE*, 60% dos cargos criados (182) estavam vagos (109);
- *Secretaria de Defesa Social (inclui Polícia Civil)*, 48% dos cargos criados (12.082) estavam vagos (5.738);
- *Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG*, 44% dos cargos criados (285) estavam vagos (125);



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

- *Corpo de Bombeiros - CBMPE*, 43% dos cargos criados (4.897) estavam vagos (2.110);
- *Procuradoria Geral do Estado*, 30% dos cargos criados (285) estavam vagos (85);
- *Sec. de Educação*, 31% dos cargos criados (47.164) estavam vagos (14.806);
- *Agência de Regulação de Pernambuco – ARPE*, a totalidade (100%) dos cargos criados (103) encontrava-se vagos;
- *Junta Comercial de Pernambuco – JUCEPE*, 72% dos cargos criados (408) estavam vagos (294);
- *Agência de Tecnologia da Informação – ATI*, 39% dos cargos criados (218) estavam vagos (85).

2.4.2. Quantitativo elevado de cargos vagos na Secretaria de Educação e Secretaria de Defesa Social (Polícia Civil)

A Secretaria Estadual de Educação (SEE) e a Secretaria de Defesa Social – Polícia Civil (SDS/PMPE) apresentam os maiores quantitativos de cargos vagos respectivamente 14.806 e 5.738, totalizando 20.544 cargos, o que representa 60% do total de cargos vagos (34.195).

A tabela a seguir apresenta a relação dos cargos que apresentam maiores quantitativo vagos nas Secretaria de Educação e Defesa Social (Polícia Civil) em 31.12.2013.

Quadro 4 - Cargos vagos na Secretaria de Educação e Defesa Social (Polícia Civil) - em 31.12.2013

ÓRGÃO	CARGO	QUANTITATIVO VAGO
Secretaria de Educação	Professor	11.361
	Assistente Administrativo Educacional	1.493
	Auxiliar de Serviços Adm. Educacional	1.394
	Técnico Educacional	1.200
Secretaria de Defesa Social (Polícia Civil de Pernambuco – PCPE)	Agente de Polícia	3.422
	Comissário de Polícia	902
	Perito Papiloscopista	402
	Delegado de Polícia	229

Fonte: Ofício SAD 627/2014, Anexo II, da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

Dentre os cargos vagos da Secretaria de Educação, destaca-se 11.361 de Professor, 1.493 de Assistente de Administração Educacional, 1.394 Auxiliar de Serviços Administrativo Educacional, além de 1.200 de Técnico Educacional.



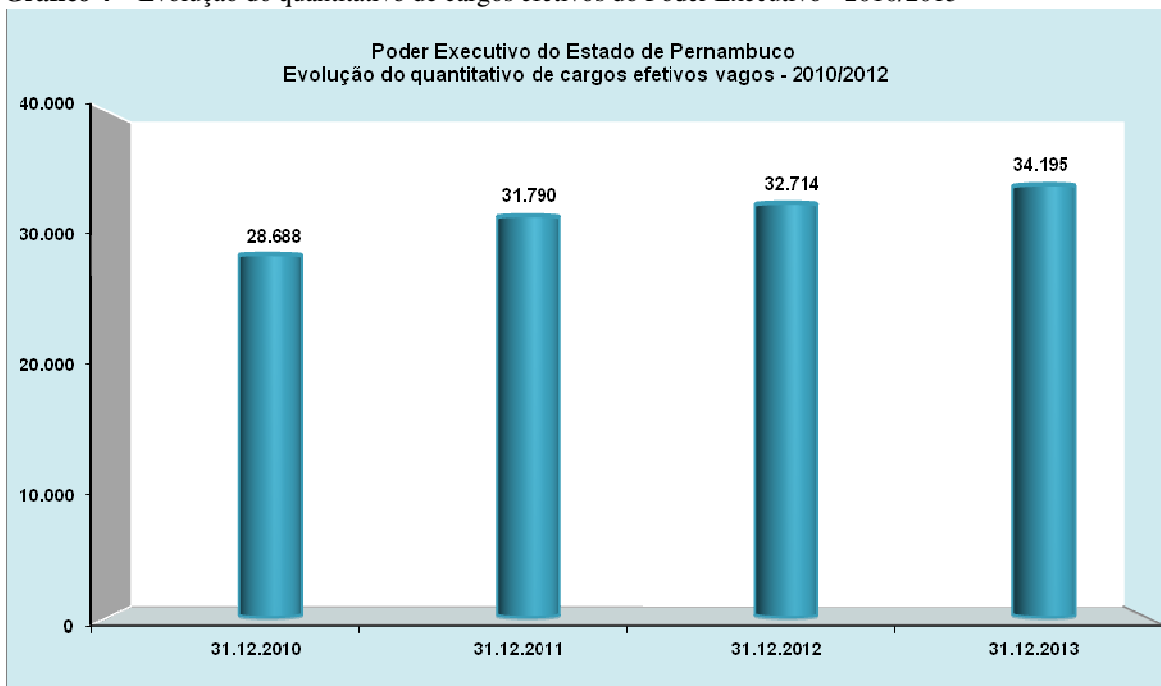
Na Secretaria de Defesa Social (Polícia Civil), destaca-se a existência de 3.422 cargos vagos de Agente de Polícia, 902 vagos de Comissário de Polícia, 402 vagos de Perito Papiloscopista e 258 vagos de Delegado de Polícia.

2.4.3 Evolução do quantitativo de cargos efetivos vagos - 2010/2013

O gráfico a seguir evidencia a evolução do quantitativo de cargos efetivos ocupados e vagos do Poder Executivo no período de 2010 a 2013.

Observa-se que o quantitativo de cargos efetivos vagos vem apresentando aumento contínuo a cada ano. No período de 2010 a 2013, houve um aumento de 5.507 cargos, passando de 28.688 cargos vagos em 2010 para 34.195 cargos vagos em 2013.

Gráfico 4 – Evolução do quantitativo de cargos efetivos do Poder Executivo - 2010/2013



Fonte: Ofícios SAD 522/2011- GSAD/SAD 488/2012 – GSAD/SEPRI 187/2013, Anexo I/SAD 894/2014, Anexo II, todos da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

2.5. Cargos comissionados do Poder Executivo

O legislador constituinte consagrou o concurso público como regra geral para ingresso em cargo ou emprego na administração pública, ressalvado as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, conforme disposto no artigo 37, inciso II, transcrito a seguir.

Art. 37. *omissis*

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

Dessa forma, a Administração Pública pode preencher parte de seus cargos por meio do provimento em comissão, restringindo-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento, nos termos do artigo 37, Inciso V, da Constituição Federal c/c art. 3º, § 2º, incisos I e II do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco (Lei 6.123/68 e alterações posteriores), transcritos a seguir:

CF, Art. 37. *omissis*

V - [...], e os *cargos em comissão*, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, *destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento*;

Lei 6.123/68, Art. 3º. *omissis*

§ 2º - Os cargos de provimento *em comissão* compreendem:

I - *Cargo de direção* e de *chefia* das repartições públicas;

II - *Cargos de assessoramento*, de Chefe de Gabinete e de Oficial de Gabinete; (grifos nossos)

Feitas essas considerações iniciais, passa-se a relatar sobre os cargos comissionados do Poder Executivo do Estado nos itens a seguir, enfocando a remuneração e o quantitativo desses cargos em 2013.

2.5.1. Remuneração dos cargos comissionados

A remuneração do cargo comissionado é composta por duas parcelas: o vencimento e a verba de representação⁹.

Além disso, os cargos em comissão do Poder Executivo do Estado estão divididos em dois grupos, conforme disposto na Lei Estadual 14.264/2011, a saber:

1. *Cargos de Direção e Assessoramento Superior* - símbolo DAS, classificados em 5 (cinco) níveis: DAS-1, DAS-2, DAS-3, DAS-4 e DAS-5;
2. *Cargos de Assessoramento* - símbolo CAS, classificados em 5 (cinco) níveis: CAS-1, CAS-2, CAS-3, CAS-4 e CAS-5.

A Lei Estadual 14.264/2011 fixou os quantitativos e as remunerações dos cargos comissionados. O valor do subsídio dos Secretários de Estado foi fixado pela Lei 14.265 de 06.01.2011.

⁹ Caso o ocupante de cargo efetivo seja nomeado para um cargo comissionado, ele poderá optar pela percepção do vencimento e da verba de representação do cargo comissionado ou pelo vencimento do cargo efetivo com a verba de representação do cargo comissionado.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

O quadro a seguir apresenta os valores da remuneração dos cargos comissionados e do subsídio dos Secretários de Estado vigentes em 2012.

Quadro 5 - Remuneração dos cargos comissionados do P. Executivo em 2012 – R\$ (1,00)

Símbolo	Vencimento	Verba de Representação	Valor
DAS (subsídio)*	-	-	10.570,00
DAS-1	1.993,32	7.973,30	9.966,62
DAS-2	1.461,77	5.847,08	7.308,85
DAS-3	1.229,22	4.916,86	6.146,08
DAS-4	1.129,55	4.518,20	5.647,75
DAS-5	930,22	3.720,87	4.651,09
CAS-1	807,29	3.229,18	4.036,47
CAS-2	664,44	2.657,77	3.322,21
CAS-3	431,89	1.727,55	2.159,44
CAS-4	265,78	1.063,11	1.328,89
CAS-5	232,56	930,22	1.162,78

Fonte: Leis Estaduais 14.264 e 14.265*, ambas de 06.01.2011.

2.5.2. Quantitativo de cargos comissionados criados, por símbolo, até 31.12.2013.

O quantitativo de cargos comissionados criados era de 3.538 cargos ao final do exercício de 2012.

No decorrer do exercício de 2013, esse quantitativo sofreu alteração por meio da edição de 4 (quatro) leis, destacando-se a lei 15.134/2013 que transformou 969 cargos comissionados em funções gratificadas.

Dessa forma, o quantitativo de cargos comissionados criados foi reduzido para 2.634 cargos comissionados, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Ressalva-se que, de acordo com o *art. 1º da lei 15.134/2013, publicada em 19.10.2013, os cargos comissionados de que trata essa lei que foram transformadas em funções gratificadas deveriam ser alocadas, mediante decreto, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Lei.* Contudo, a publicação do decreto clamado pela lei 15.134/2013 não ocorreu no exercício de 2013.¹⁰

¹⁰ A Secretaria de Administração do Estado informou, no corpo do Ofício SAD 1.000/2014 – GSAD, de 23.07.2014, que “ a alocação dos cargos e funções de que trata a lei 15.134/2013, [...] se deu por meio do Decreto nº 40.355, de 31.01.2014, republicado no Diário Oficial de 12.02.2014”.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Tabela 7 – Quantitativo de cargos comissionados criados do Poder Executivo, por símbolo, até 31.12.2013

Símbolo	Quantitativo de Cargos Comissionados					
	Até 31.12.2012	Leis estaduais				Até 31.12.2013
		14.950/2013	15.026/2013	15.066/2013	15.134/2013	
DAS	30					30
DAS-1	95					95
DAS-2	217	2			-94	125
DAS-3	264	1			-111	154
DAS-4	417	9			-177	249
DAS-5	480	2			-187	295
CAS-1	63	4				67
CAS-2	981	25	7	1	-400	614
CAS-3	410	10				420
CAS-4	385	3				388
CAS-5	196	1				197
TOTAL	3.350	57	7	1	- 969	2.634

Fonte: Leis 14.264/14.265/14.357/14.390/14.413/14.440/14.478/14.483/14.490/14.491/14.521/14.522/14.524/14.525, publicadas em 2011; Leis 14.688/14.761/14.804/14.863/14.896, publicadas em 2012; Leis 14.950/15.026/15.066/15.134, publicadas em 2013.

Nota: A Lei 15.225, de 30.12.2013, que produz efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014 (art. 9º, dessa Lei), fixou o quantitativo de cargos comissionados em 2.635 cargos, alterando o quantitativo dos símbolos DAS para 27 cargos, DAS-1 para 98, DAS -5 para 296, CAS-1 para 66 e CAS-2 para 615.

2.5.3. Quantitativo de cargos comissionados ocupados em 31.12.2013

Em 31.12.2013, o Poder Executivo apresentava 3.402 cargos comissionados ocupados, conforme informações fornecidas pela Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

A maior parte desses cargos (84%) encontrava-se na administração direta (2.841). Destaca-se que a Secretaria de Saúde (594) junto com as Secretarias de Educação (425), da Fazenda (176), Articulação Social e Regional (123), Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (102), concentravam juntas 1.420 cargos comissionados, ou seja, quase metade (49,98%) dos cargos da administração direta.

Tabela 8 - Quantitativo de cargos comissionados ocupados do Poder Executivo - em 31.12.2013

I. Administração Direta	Quantitativo por símbolo		TOTAL
	CAS	DAS	
Secretaria de Saúde	377	217	594
Secretaria de Educação	305	120	425
Secretaria da Fazenda	138	38	176
Secretaria de Articulação Social e Regional	94	29	123
Sec. de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	62	40	102



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

I. Administração Direta	Quantitativo por símbolo		TOTAL
	CAS	DAS	
Outros Órgãos:	711	710	1.421
Administração Direta (I):	1.687	1.154	2.841
II. Administração Indireta	Quantitativo por símbolo		TOTAL
	CAS	DAS	
IRH	50	20	70
UPE	11	48	59
DETRAN	34	20	54
FUNASE	40	11	51
Outras Entidades:	147	180	327
Administração Indireta (II):	282	279	561
TOTAL:	1.969	1.433	3.402

Fonte: Ofício 145/2013 – SEPRI, Anexo I, da Secretaria de Administração.

2.5.4. Evolução do quantitativo de cargos comissionados – 2007/2013

Com o advento da Lei Estadual 13.205, de 19.01.2007, o quantitativo de cargos comissionados foi fixado em 2.070, o que representou um aumento de 57% em relação ao quantitativo fixado na lei LC 43/2003 (1.318 cargos comissionados)

No início de 2011, a Lei Estadual 14.264, de 06.01.2011, alterou o quantitativo de cargos comissionados para 3.054 cargos, o que significou um aumento de 47,34% em comparação ao quantitativo fixado na Lei 13.205/2007. Nesse mesmo ano, foram publicadas 11 (onze) leis alterando o quantitativo de cargos comissionados, totalizando 3.350 cargos ao final de 2011.

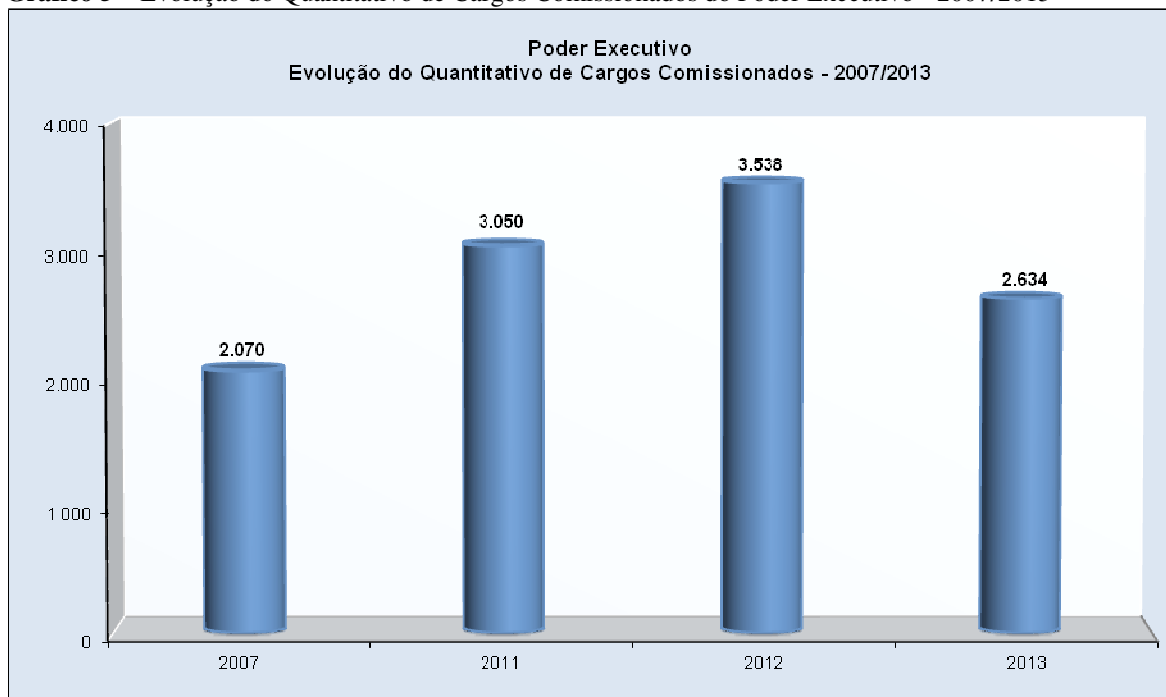
No exercício de 2012, voltaram a ser aprovadas outras leis aumentando o quantitativo de cargos comissionados, passando para 3.538 cargos ao final de 2012.

Em 2013, o quantitativo de cargos comissionados foi alterado por meio da edição de outras leis, destacando a Lei 15.134/2013 que transformou 969 cargos comissionados em funções gratificadas, reduzindo o quantitativo para 2.634 cargos comissionados criados ao final desse exercício.

O gráfico a seguir ilustra a evolução do quantitativo de cargos comissionados criados no período de 2007 a 2013.



Gráfico 5 – Evolução do Quantitativo de Cargos Comissionados do Poder Executivo - 2007/2013



Fonte: Leis 14.264/14.265/14.357/14.390/14.413/14.440/14.478/14.483/14.490/14.491/14.521/14.522/14.524/14.525, publicadas em 2011; Leis 14.688/14.761/14.804/14.863/14.896, publicadas em 2012; Leis 14.950/15.026/15.066/15.134, publicadas em 2013.

2.6. Considerações Finais

A despesa com pessoal consome a maior fatia dos recursos arrecadados, como pode se observar no capítulo de gestão orçamentária, e ainda está sujeita à imposição fiscal de manutenção dentro dos limites estabelecidos na Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Por outro lado, há a necessidade de se buscar conciliar quantidade e qualidade de pessoal nas diversas áreas do serviço público, para que não haja comprometimento da qualidade dos serviços prestados à população.

Em relação ao quadro de pessoal do Poder Executivo do Estado, observou-se que a proporção entre o quantitativo de *temporários* (27.290) e o quantitativo de servidores ocupantes de cargos *efetivos* (99.763) era de 27% ao final de 2013, 1% acima da proporção apresentada ao final de 2012 (26%).

No período 2007 a 2013, o *quantitativo de servidores efetivos* do Poder Executivo sofreu *pequenas oscilações*, apresentando *tendência decrescente a partir de 2011* (102.917 efetivos em 2011, 101.041 efetivos em 2012 e 99.763 efetivos em 2013). Já o *quantitativo de temporários triplicou*, no mesmo período, passando de 8.869 temporários em 31.12.2007 para 27.290 temporários em 31.12.2013.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Na *Secretaria de Educação*, que concentrava *2/3 dos temporários do Poder Executivo*, em 31.12.2013, observou-se que havia *19.204 professores temporários*, ao mesmo tempo existiam *11.361 cargos vagos de professor*.

Na *Secretaria de Saúde*, havia *1.043 Técnicos de Enfermagem temporários* correspondente ao cargo de Assistente em Saúde (nível médio) que apresentava *2.492* vagos, além de *384 Enfermeiros temporários*, *114 Fisioterapeutas temporários*, *101 Assistentes Sociais* e *68 Psicólogos temporários* cujas funções estão contempladas no cargo de Analista em Saúde que apresentava *973* cargos vagos.

Da mesma forma, na fundação *HEMOPE*, havia *82 Auxiliares de Enfermagem temporários* e *18 Técnicos em Laboratório* correspondente ao cargo de Hemo Assistente que apresentava *255* cargos vagos, além de *57 Enfermeiros temporários* e *18 Biomédicos temporários* correspondente ao cargo de Hemo Técnico-Científico que apresentava *64* vagos.

No tocante ao *percentual de vacância de cargos efetivos*, observou-se que dentre os órgãos da administração direta, a Secretaria da *Controladoria Geral do Estado* apresentava o *maior percentual (60%)*, existindo *109 cargos efetivos vagos*, ressaltando que o *concurso aberto em 2010*, que ofereceu *82 vagas* para analista de controle interno, *não teve a 2ª etapa* (curso de formação) *realizada até o exercício de 2013*.¹¹ Na administração indireta, a ARPE apresentava a totalidade dos cargos efetivos vagos (*103*).

Em relação ao *quantitativos de cargos comissionados*, após o aumento ocorrido nos últimos cinco exercícios, quando passou de *2.070* cargos em 2007 para *3.350* cargos em 2012, houve *redução*, ao final de 2013, caindo para *2.634* cargos, em decorrência da *transformação de 969 cargos comissionados em funções gratificadas* por meio da lei 15.134 de 18.10.2013.

Ressalva-se que, de acordo com o art. 1º da lei 15.134/2013, os *cargos comissionados* de que trata essa lei que foram *transformadas em funções gratificadas* deveriam ser *alocadas*, mediante *decreto*, no *prazo máximo de 30 (trinta) dias*, a contar da data da publicação desta lei (em 19.10.2013). Todavia, não houve a publicação do *decreto de alocação* dos cargos comissionados transformados em funções gratificadas ainda *no exercício de 2013*, descumprindo o referido prazo legal.

¹¹ A Secretaria de Administração do Estado informou, por meio do Ofício 627/2014 – GSAD de 24.04.2014, no Anexo I, que o concurso da Controladoria Geral (edital 1 – SEGPE/PE, de 14.10.2010) está aguardando o curso de formação.